

REUNIÃO

Governo de Santa Catarina garante apoio a projeto de recuperação ambiental



Eduardo Moreira, Bráulio Barbosa, Ruy Hülse e Fernando Zancan durante vinda a Criciúma

O vice-governador do Estado, Eduardo Moreira, garantiu que o Governo de Santa Catarina será parceiro no Projeto do Comitê Gestor Para a Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina e parabenizou os técnicos do Siecesc pela qualidade dos trabalhos. Moreira conheceu o projeto durante evento realizado no Siecesc, dia 16 de abril, a convite do presidente da entidade, Ruy Hülse. O projeto foi apresentado pelo secretário executivo, Fernando Zancan, e pelo engenheiro e assessor técnico, Cleber Gomes. O secretário do Desenvolvimento Urbano,

Social e Meio Ambiente, Bráulio Barbosa, também presente ao ato, designou o diretor João Guilherme Wegner da Cunha como representante do Governo do Estado no comitê, além de assegurar contato com o Departamento Ambiental da Pensilvânia para fazer um convênio com o Estado de Santa Catarina para a troca de tecnologia para áreas degradadas. Outro ponto positivo do encontro foi em relação ao imposto pago pelas mineradoras, o CEFEM. Ficou acertado que os 23% destinados ao Governo do Estado deverão ser retornados para a região para serem aplicados em projetos ambientais.

Lideranças regionais prestigiam encontro

Acompanharam o vice-governador neste encontro o secretário do Desenvolvimento Urbano, Social e Meio Ambiente, Bráulio Barbosa, o diretor de Recursos Naturais e Controle Ambiental, João Guilherme Wegner da Cunha, o diretor administrativo financeiro da FATMA, Jânio Wagner Constante, o secretário regional, Acélio Casagrande, os prefeitos de Criciúma, Décio Góes, de Siderópolis, José Antônio Périco, de Nova Veneza, Genésio Spillere, de Forquilha, Paulo Hoepers, e de Urussanga, Vanderlei Rosso, o vice-prefeito de Cocal do Sul, Ivanor Zanette, o secretário de Meio Ambiente de Lauro Müller, Vanderlei Matos, o presidente da Câmara de Vereadores de Criciúma, Clovis Marcelino, o gerente regional da FATMA, Amilton Guidi, os vereadores Vanderlei Zilli e Solange Barp, o presidente da Codepla, Morvan Antonio Borges, o reitor da Unesc, Antonio Milioli e o diretor do IPAT, Marcos Back.

ARTIGO

Confira a situação do carvão catarinense

MEIO AMBIENTE

Projeto trabalha com palmeira da Satc



A convite do Siecesc, o Vice-Governador de Santa Catarina, Eduardo Moreira, e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Social e do Meio Ambiente, Bráulio Barbosa, acompanhados por comitiva de prefeitos, vereadores e representantes de ór-

gãos ambientais, assistiram dia 16 de abril a uma explanação sobre as atividades do Comitê Gestor para a Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera. A apresentação dos trabalhos foi realizada pelos engenheiros Fernando Luiz Zancan, Secretário-Executivo do Siecesc, e Cleber Gomes, Assessor Técnico do Siecesc.

O Comitê Gestor foi criado por decreto do Presidente da República, em 14 de dezembro de 2000, e é composto por várias entidades representativas da sociedade organizada, tendo a coordenação geral do Ministério do Meio Ambiente. Já as ações determinadas pelo Comitê Gestor são desenvolvidas especificamente na Região Carbonífera catarinense e são implementadas pelo Siecesc. Estas atividades se referem à recuperação do passivo ambiental existente e acompanhamento dos

projetos que visam minimizar os impactos resultantes da atividade operacional atual da mineração.

Ao chamar para si esta responsabilidade, o Siecesc visou agilizá-la ao máximo a colocação em prática de todas estas atividades, que vêm sendo conduzidas por profissionais especializados, com racionalidade e sem ingerência política. As autoridades presentes ao encontro ficaram vivamente impressionadas com a explanação e nos garantiu o Vice-Governador Eduardo Moreira que iria diligenciar no sentido de carrear recursos para que os projetos que estão em execução tenham a participação efetiva dos governos do Estado e Federal.

Eng^o. Ruy Hülse
Presidente do SIECESC

EDUCAÇÃO

Compromisso social e inovação integram a Missão da Satc

Tendo como Missão "Oportunizar a inclusão social através da educação e da tecnologia, contribuindo para a formação de cidadãos e do desenvolvimento sustentável do País", a Satc chega aos seus 44 anos de história destacando-se, cada vez mais, pela inovação constante em todas as áreas. A instituição foi fundada em 02 de maio de 1959, por iniciativa da indústria carbonífera de Santa Catarina, e a Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga foi fundada em 10 de abril de 1962, em convênio com o SENAI.

Sua estrutura organizacional é composta por cinco áreas principais:

- ◆ Centro Educacional – Satc, voltado para a educação básica, incluindo Ensino Fundamental, Médio e Supletivo.
- ◆ Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga, que coloca à disposição de seus alunos cursos profissionalizantes de nível técnico, entre os melhores do Estado.
- ◆ Centro Superior de Tecnologia, que tem por objetivo ministrar cursos de nível superior, especialização e mestrado, na área tecnológica.
- ◆ Centro de Capacitação Empresarial e Assistência Comunitária, responsável pela organização de cursos específicos de formação profissional para as empresas.
- ◆ Centro de Serviços Empresariais, que presta serviços de apoio às empresas nas áreas de calibração, análise de carvão e usinagem, ou na abertura de novas oportunidades mercadológicas.

ESCOLA TÉCNICA COMEMORA 40 ANOS

Os 40 anos da Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga, comemorados em 10 de abril, foram marcados com uma programação, iniciada no dia 9 de abril, com a colocação de uma placa comemorativa na entrada da escola. Já no dia 10, foi realizado um cerimonial no auditório I da Satc e um coquetel de confraternização na associação da instituição. Formando cidadãos para atuação imediata no mercado de trabalho, a escola colocou à disposição dos alunos cursos profissionalizantes de nível técnico como: Eletrônica, Mecânica, Eletrotécnica, Design, Confecção de Vestuário, Mineração, Meio Ambiente, Projetos Mecânicos, Informática Industrial, Segurança do Trabalho e Plásticos.



ENCONTRO

Diretor do DNPM conhece projeto ambiental



Ruy Hülse, Miguel Antônio Cedraz Néri e Fernando Zancan durante apresentação no Siecesc dos trabalhos de recuperação ambiental da região

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Antônio Cedraz Néri, esteve em Criciúma nos dias 6 e 7 de maio para conhecer as minas de carvão e o andamento dos projetos de recuperação ambiental da região. No dia 6, ele foi recebido pelos diretores e técnicos do Siecesc, que apresentaram todo o macroprojeto que está sendo implementado na região pelo Co-

mitê Gestor de Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera e empresas do setor.

No dia 7, ele visitou minas de carvão e trabalhos de recuperação em áreas degradadas. Após as visitas, Cedraz Néri disse que se surpreendeu com a ação impactante ao meio ambiente provocada pela exploração das minas de carvão. “Tenho experiência no setor mineral com outras substâncias”, disse. Consi-

derou “muito grande e importante” o trabalho de recuperação que vem sendo realizado pelo Comitê Gestor, do qual o DNPM é membro e um dos principais apoiadores, ponderando que “é um trabalho que ainda vai levar um bom tempo”. O DNPM, com sede em Brasília, é o órgão gestor do patrimônio mineral brasileiro e está ligado ao Ministério das Minas e Energia

SEMINÁRIO

Numa promoção da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, Ministério de Minas e Energia (MME), Departamento de Energia dos Estados Unidos da América (DOE US), Southern States Energy Board (SSEB), Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão (SNIEC), Sindicato da Indústria de Ex-

tração de Carvão do Estado de Santa Catarina (Siecesc) e Conselho Mundial de Energia (CME) será realizado nos dias 27 e 28 de maio, em Brasília, o Seminário Internacional do Carvão – O Combustível do Século XXI. O evento integra as atividades previstas no acordo de cooperação técnica Brasil-Estados Unidos.

TEMAS DOS PAINÉIS

27 DE MAIO

- O Futuro da Energia Limpa com a Utilização do Carvão;
- Desenvolvimento da Queima Limpa de carvão – A Chave Para o Desenvolvimento Sustentável;
- Novas Tecnologias Energéticas.

28 DE MAIO

- Setor Energético Brasileiro – Financiamento;
- O Carvão no Brasil;
- A Mineração do Carvão e o Meio Ambiente;
- Benefícios da Geração de Energia a Carvão.

PALESTRAS

O secretário executivo do Siecesc, Fernando Zancan, falará sobre o tema “A Responsabilidade Social do Setor Carbonífero Brasileiro” no painel sobre os Benefícios da Geração de Energia a Carvão. Já o assessor técnico do Siecesc, engenheiro Cleber Gomes, abordará o tema “Mineração Subterrânea e Recuperação Ambiental – Experiência do Estado de Santa Catarina” no painel sobre A Mineração do Carvão e o Meio Ambiente.

CONTRATO

Presidente do Siecesc, Ruy Hülse, e o presidente da Tractebel, Manoel Arlindo Zaroni Torres, na assinatura do contrato entre a empresa e o Siecesc, no dia 10 de abril, garantindo o fornecimento para a empresa de 187 mil toneladas de carvão por mês por parte das mineradoras. Estiveram presentes no ato o diretor de Produção de Energia, José Carlos Cauduro Minuzzo, o gerente de Combustíveis, João Eduardo Berbigier, e representantes das empresas mineradoras



ATUALIZAÇÃO

CRSM: saúde e segurança na mineração

Proposta pela Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina para acompanhar a implementação da Norma Regulamentadora 22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração junto ao setor carbonífero do Sul de Santa Catarina, a Comissão Regional do Setor Mineral (CRSM) vem

atuando desde fevereiro de 2002.

Fazem parte da comissão representantes do Governo Estadual e Federal, Ministério Público do Trabalho, empregadores, trabalhadores, Unesc, Associação dos Engenheiros de Minas e Associação Catarinense de Engenharia de Segurança.

Entre suas atribuições estão estudar e propor medidas para o combate aos acidentes e doenças, propor estudos e realizar debates visando ao aperfeiçoamento permanente da NR 22, de normas técnicas e de procedimentos a serem adotados no setor mineral, entre outras.

AVALIAÇÃO DE 2002

Vistoriais conjuntas, seminário da CIPAMIN (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração), Manual de Auditoria Estratégica – Setor Mineração, auditorias internas, entre outras ações, foram realizadas pela CRSM no ano passado. Segundo avaliação da comissão, houve melhora dos ambientes de trabalho, expressiva redução do número de acidentes, principalmente graves e fatais, além da descoberta, tanto de empregados quanto de empregadores, de um fórum de discussão dos problemas comuns e a constante busca no aprimoramento das ações efetivas de prevenção da saúde dos trabalhadores.

AÇÕES PARA 2003

O novo coordenador da CRSM é Roberto Cláudio Lodetti, chefe de Fiscalização do DRT em Florianópolis. Sob o seu comando, a comissão já realizou este ano três reuniões, além de três auditorias internas.

Ainda estão previstas duas vistorias conjuntas, uma vistoria interna e o Seminário das CIPAMINs, no mês de julho, que vai debater as estatísticas do setor. A CRSM também pretende implantar o fornecimento de refeição aos trabalhadores nas minas, cujo processo de negociação foi iniciado em 2002.

III SEMINÁRIO DAS CIPAMINs

Nos dias 16, 17 e 18 de julho, estará acontecendo no auditório II da Satc o III Seminário das CIPAMINs, das 13h às 19h30, cumprindo a exigência de treinamento dos membros dessa comissão por parte da NR 22 – Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. Confira os temas que serão abordados:

■ 16/07/2003

Motivação Para o Trabalho
Histórico do Carvão
Transformação do Carvão
Segurança em Explosivos

■ 17/07/2003

Nutrição
DNPM – Segurança nas Minas
Legislação Previdenciária
EPI – Proteção Auditiva
Dependência Química e Seus Malefícios

■ 18/07/2003

Saúde e Segurança – NR 22 CPNM
Segurança em Eletricidade
Estatística de Acidentes na Mineração
Ergonomia



Representantes da CRSM em reunião preparatória para o seminário

EMPRESAS PARTICIPANTES EM CIPAMIN:

Indústria Carbonífera Rio Deserto, Carbonífera Metropolitana, Carbonífera Criciúma, Carbonífera Belluno, Mineração Castelo Branco, Cooperminas, Nitroquímica, Minageo, Carbonífera Comin, entre outras.

PALESTRA

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Mineração a Carvão e integrante da CRSM, Arnoldo Mattos, abordará o tema “Parceria no Setor de Segurança do Trabalho na Mineração de Carvão” durante o Seminário Internacional do Carvão – O Combustível do Século XXI, que será realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de maio.

CONTRIBUIÇÃO

Excelência em meio ambiente, marca da Carbonífera Criciúma



Uma das ações ambientais desenvolvidas pela empresa é o sistema de gestão de efluentes

A Carbonífera Criciúma originou-se em 1943 das mineradoras Carbonífera Caeté Ltda. e Carbonífera Cocal Ltda. Atendendo às necessidades do setor energético nacional a partir de jazida própria, garante o combustível necessário ao mercado de geração termelétrica e contribui com o desenvolvimento e economia da região. Além disso, tem no respeito ao meio ambiente e ao ser humano uma de suas maiores preocupações. Por isso, a empresa vem empreendendo uma série de ações integradas como: otimização de processos, sistema de gestão de efluentes, gestão de resíduos, desenvolvimento tecnológico e sistema de gestão ambiental, visando à

certificação ISO 14000. Para isso, conta com recursos próprios e convênio junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Por conta dos trabalhos desenvolvidos em meio ambiente nestes últimos cinco anos, a empresa não deixou de ser competitiva por investir em pesquisa tecnológica e meio ambiente. Ao contrário, vem sendo classificada como empresa líder no setor de mineração do carvão nacional, segundo o geólogo Carlos Schneider.

PRÊMIO

A Carbonífera Criciúma acaba de receber o Prêmio de Excelência da Indústria Mineral-Metalúrgica, conferida pela revista Minérios e Minerale. A distinção se deve ao sistema de gestão de efluentes implantado na Unidade II – Verdinho, fruto do trabalho contínuo das equipes de Pesquisa, Planejamento, Lavra e Desenvolvimento.



Representante da CCSA, Gustavo Gazzolla, no momento do recebimento do prêmio das mãos do secretário de Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia, Giles Carriconde Azevedo

NOVIDADE

Carvão mineral para tratamento de água potável

A Divisão Química da Carbonífera Criciúma S/A, em operação desde agosto de 2000, iniciou na época o desenvolvimento um carvão mineral, o Carbotrat ap, para o tratamento de água potável.

O produto foi desenvolvido por meio de convênios entre a Carbonífera Criciúma e a Universidade Federal de Santa Catarina, em cinco anos de pesquisas e desenvolvimentos.

Produzido a partir de matéria-prima nacional e sob um rigoroso controle de qualidade, o Carbotrat ap vem sendo utilizado com grande eficiência na remoção de ferro presente em águas naturais, principalmente subterrâneas.

Com granulometria apropriada para materiais filtrantes e boa resistência mecânica, produz água filtrada de ótima qualidade, agindo como um meio físico para a remoção de impurezas, por meio do processo de filtração, e um meio químico, por meio de processos consecutivos de adsorção, oxidação e precipitação. Utilizado em filtros de dupla camada – Carbotrata ap/Areia, ou isoladamente, após a filtração convencional, remove impurezas que passam através do filtro de areia (cor, odor, traços de cloro residual, ferro ferroso, ferro férrico, cobre, zinco, alumínio, traços de manganês etc). A água obtida ao final deste processo é de ótima qualidade e atende perfeitamente à Portaria nº 1.469 do Ministério da Saúde / FUNASA.



SITUAÇÃO DO CARVÃO

Historicamente, o carvão catarinense foi conhecido como um carvão que tinha propriedades coqueificantes, ou seja, permitia a fabricação de coque usado nos altos fornos da indústria siderúrgica. Com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1950, foi montado um modelo de produção de carvão em Santa Catarina, que visava principalmente, a obtenção de carvão metalúrgico.

Esse modelo previa uma etapa de beneficiamento junto às minas e que, devido ao elevado teor de impurezas, levou a produção de enormes quantidades de rejeitos dispersos em toda a Região Carbonífera e

que hoje ajudam a poluir os mananciais.

A segunda etapa de beneficiamento era feita em Tubarão, hoje Capivari de Baixo, onde era separado o carvão metalúrgico do carvão vapor. Em 1962, foi inaugurada a SOTELCA, que deu origem ao atual Complexo Jorge Lacerda, pertencente à Tractebel Energia S/A, para consumo do carvão vapor, um

subproduto da produção do carvão metalúrgico e que estava sem mercado.

Em 1973, com a Lei de Itaipu foi criada a otimização do sistema elétrico brasileiro, que por ser predominante hidroelétrico (cerca de 95%), necessitava que as usinas térmicas operassem de uma forma flexível, ou seja, complementar com as usinas hidráu-

licas. Especificamente, quando havia abundância de água nos reservatórios, as usinas térmicas a óleo e a carvão eram operadas no mínimo. Esse mínimo era estabelecido por razões operacionais ou por contratos de combustível. Com o choque do petróleo na década de 70, a indústria do carvão foi, a exemplo do período das grandes guerras mundiais, chamada a contribuir na substituição do petróleo para área industrial, no denominado Programa de Mobilização Energética (PME). Com a ampliação de mercado o setor viu a sua produção atingir o ápice, chegando, em 1985, a alcançar 4,8 milhões de toneladas de carvão vendável. Com a situação do petróleo normalizada, os subsídios foram retirados. Em 1989, no Governo Sarney, houve a mudança do regime comercial, pois a empresa estatal, a Companhia Auxiliar de Energia Elétrica Brasileira (CAEEB), que comprava todo o carvão produzido pelas carboníferas, foi extinta. Por 11 meses as empresas carboníferas lutaram para assinar um contrato direto com a ELETROSUL.

Neste período, houve a venda dos estoques de carvão da União em detrimento do carvão produzido pelas empresas carboníferas, que chegaram a estocar 45% de sua produção deflagrando uma grande crise. Em novembro de 1989 foi assinado o contrato entre as carboníferas e a ELETROSUL regularizando a comercialização de toda a produção, já que o carvão metalúrgico era comprado pelas siderúrgicas.

Em setembro 1990, no Governo Collor, a Portaria nº 801 desregulamentou totalmente o setor, de forma abrupta, retirando a compulsoriedade de compra do carvão metalúrgico, que existia desde 1950, e que deixou imediatamente de ser produzido. O setor ficou com elevados estoques de carvão vapor, pequena quota de venda de carvão para o Complexo Jorge Lacerda, e com uma debilitada saúde financeira face ao elevado endividamento e ao enorme passivo trabalhista ocasionado pelo ajuste da produção, com a conseqüente redução da força de trabalho em mais de 50%.

Até 1997, restou ao setor administrar uma produção voltada ao Complexo Jorge Lacerda e a um mercado industrial, principalmente a indústria cimenteira, onde a

competição com energéticos nacionais (óleo combustível) e importados (coque verde de petróleo) praticamente inviabilizaram o uso de carvão em larga escala.

Em 1997, com a inauguração da Unidade Quatro do Complexo Jorge Lacerda, foram disponibilizados mais 350 MW ao sistema, o que possibilitou um aumento do consumo de carvão. A compra mínima que era de 125 mil t/mês passou para 157.624 t/mês, mas face às necessidades eletroenergéticas do sistema foi necessário comercializar à média de 184.666 t/mês. Nos anos de 1999 e 2000, quando os reservatórios estavam deplecionando, as usinas do Complexo Jorge Lacerda foram despachadas na base, consumindo em 1999 uma média de 259.710 t/mês e no ano de

2000 uma média de 262.477 t/mês.

Apesar de haver um racionamento no Brasil, por restrições, hoje até mais existentes, de linhas de transmissão que

levassem a energia gerada no Complexo Jorge Lacerda para o Sudeste, o consumo de carvão em 2001 ficou abaixo do ano de 2000, com média mensal de 231.029 toneladas. No ano de 2002, com os efeitos de redução de consumo causados pelo racionamento, com a regularização dos reservatórios e com a quebra, durante seis meses, da Unidade Quatro de Jorge Lacerda, o nível de despacho caiu para a média de 184.040 t/mês.

Em 1998, com o novo modelo do setor elétrico em implantação, foi realizada a privatização do Complexo Jorge Lacerda da ELETROSUL e delineada uma política de transição para um modelo de livre competição, prevendo, no edital de privatização da GERASUL, que a compra mínima de carvão fosse reduzida, a partir de 2002 em 25% ao ano até sua extinção em 2006, o mesmo acontecendo com a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

O setor carbonífero, ciente da necessidade de expandir o seu mercado com novas usinas térmicas, buscou uma parceria com o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América, que foi concretizada em 1996 quando foi assinado um acordo de cooperação técnica visando ao desenvolvimento das tecnologias de combustão limpa para uso do carvão brasileiro.

Em setembro de 1990, no Governo Collor, a Portaria nº 801 desregulamentou totalmente o setor de forma abrupta



Em 1973, com a Lei de Itaipu foi criada a otimização do sistema do sistema elétrico brasileiro

VÃO CATARINENSE



Desta parceria resultaram estudos que culminaram em um Decreto Presidencial instituindo o Programa de Incentivo à Utilização do Carvão Mineral Nacional assinado na inauguração do GASBOL, em Biguaçu, no dia 31 de março de 2000 e investimentos a fundo perdido de US\$ 1,2 milhões da Agência de Desenvolvimento e Comércio dos Estados Unidos em estudos de viabilidade de projetos termelétricos em Santa Catarina (USITESC) e no Rio Grande do Sul (Seival).

Na definição do Programa de Incentivos ficou acordado que as medidas que poderiam ser estabelecidas em Lei teriam o apoio do Executivo. Com essa garantia, o setor trabalhou para viabilizar politicamente um texto de Lei que, ao mesmo tempo, criasse um incentivo para as novas usinas térmicas e viabilizasse as usinas antigas, estabelecendo uma compra mínima de

carvão que garantisse uma estabilidade à indústria carbonífera.

Após grande esforço principalmente da classe política de Santa Catarina, a Lei 10.438 foi publicada em 29 de abril de 2002, mas o texto negociado na Lei não foi suficiente para dar as garantias que o setor necessitava. Como consequência, em janeiro de 2003, com o fim do contrato de carvão, o setor carbonífero ficou 42 dias sem entregar carvão para o Complexo Jorge Lacerda. A solução encontrada foi temporária, sendo que em março foi encontrada uma solução para o restante do ano de 2003, que contempla uma

compra mínima que dê sustentação à indústria carbonífera catarinense. Como podemos observar pelo acima descrito, o carvão catarinense, ao longo de décadas, nunca teve uma política concreta e duradoura para seu aproveitamento e sempre esteve ao sabor

Somente com a atividade carbonífera economicamente saudável será possível atender aos compromissos sociais e fazer investimentos na segurança do trabalhador, na proteção ambiental e, mais ainda, no resgate do passivo ambiental gerado pela atividade no passado

dos momentos de crise, sendo esquecido quando os problemas terminam.

Hoje, como o setor é dependente do setor elétrico, que é predominantemente hídrico, fica ao sabor do regime hidrológico. Como existe excesso de oferta de energia no Brasil neste momento, o carvão mais uma vez é esquecido. Temos a ciência de que as usinas térmicas são flexíveis e complementares às hidráulicas. Como consequência, o parque produtivo deve estar apto a responder a demanda de carvão nos momentos críticos de baixa hidraulicidade, como ocorreu em 1986, e nos anos de 1999 e 2000, quando o setor teve que duplicar a produção em seis meses e chegou a contratar cerca de 1.000 empregos diretos. Ocorre que uma mina tem um alto custo para ser desativada ou paralisada. Não se pode fechá-la como se fecha uma indústria; a mina exige manutenção continuada para estar apta a entrar em operação quando necessário. O desafio constante é estabelecer uma compra mínima de carvão que dê sustentação para a indústria e ao mesmo tempo evite o gasto do combustível em períodos de reservatórios cheios. Contratos de combustível com compra mínima (take or pay) são comuns vide exemplo do gás natural (GASBOL), sendo que os de carvão tem uma maior flexibilidade porque o carvão pode ser estocado e o gás não. Deve-se salientar que o carvão nacional é pago em reais, não sofrendo a influência de preços internacionais e de moeda estrangeira, não havendo assim um descolamento do custo das tarifas que são pagas em real e os custos de operação da geração térmica.

Portanto, o Governo Federal deverá ajustar mecanismos que possibilitem aos geradores a carvão (Tractebel, COPEL e CGTEE) a ter sua energia comercializada sem desequilíbrios econômico-financeiros e ao mesmo tempo garanta a manutenção da atividade carbonífera. Somente com a atividade carbonífera economicamente saudável será possível atender aos compromissos sociais e fazer investimentos na segurança do trabalhador, na proteção ambiental e, mais ainda, no resgate do passivo ambiental gerado pela atividade no passado. Desta forma o desenvolvimento sustentável estará sendo feito com os benefícios para a região Sul de Santa Catarina e para a segurança energética do Brasil.

Fernando Zancan
Secretário Executivo do Siecesc

CONSCIENTIZAÇÃO

Projeto ambiental a partir de palmeira

A grande quantidade de palmeira-real-da-Austrália nos pátios da Satc está servindo para a efetivação de um projeto de conscientização ambiental, com o trabalho de coleta e sementeira das sementes da planta, que pode ser aproveitada como vários recursos.

Além de ser uma árvore ornamental, a palmeira-real-da-Austrália produz palmito e frutos, que servem de alimento para os pássaros.

De acordo com o professor e engenheiro agrônomo responsável pelo projeto, Paulo César Colonetti, estes frutos estavam sendo pouco aproveitados, grande parte acabava se despreendendo dos ca-

chos e caindo no chão e sem suas sementes serem utilizadas. Com o projeto, os frutos são beneficiados, extraindo-se as sementes para posterior sementeira. A produção de mudas pelos alunos da Satc e a distribuição à comunidade estão entre as atividades previstas no projeto.

A mais comum das seis espécies da planta em Santa Catarina é a palmeira-real-da-Austrália-de-Alexandra, que pode atingir até 25 metros de altura. Ela floresce e frutifica da primavera ao outono, produzindo flores brancas ou creme e frutos de coloração vermelha. Já as sementes são amarelo-esverdeadas, após o despoltamento.



LIVRO DO CARVÃO



O livro "A História do Carvão de Santa Catarina", Volume I, de autoria de Ayser Guidi, Joice Quadros e Mario Belolli, já foi enviado para 115 universidades em todo o País. A obra também foi entregue para escolas da Amrec, devendo ainda ser enviada para a Amurel e Amesc.

ÁGUA DOCE

Direcionando seus trabalhos segundo orientação da Unesco, que este ano lançou o tema "Água Doce", para ser trabalhado nas escolas, o Centro Educacional da Satc está elaborando o seu projeto multidisciplinar, com o subtítulo "Água, Patrimônio Essencial à Vida". O objetivo do projeto é levar toda a comunidade escolar a refletir sobre o grande problema que teremos a médio prazo com a água, caso não haja uma mudança de postura na sua utilização.

Os subtemas do Ensino Fundamental são: A Água e a Consciência Humana,

Água que Bebemos, Água: um bem Precioso, Água: Fonte de Energia.

No Ensino Médio, estão sendo trabalhados: Água - Onde tudo Começou. De onde vem, para onde vai? Água e Qualidade de Vida, Barragem do Rio São Bento, O uso Racional da Água na Cidade de Criciúma e Região, Poluição dos Afluentes da Região. Água, Patrimônio Público ou Privado? Rio Criciúma: sua Trajetória Através dos Tempos. Os resultados destes trabalhos serão socializados com a comunidade nas feiras previstas para as seguintes datas: Ensino Médio: 18/06 e Ensino Fundamental: 26/09.

CELEBRAÇÃO DA PAZ

Para comemorar a Páscoa, a Satc realizou a Celebração da Paz, cuja programação incluiu a apresentação da peça teatral "Paixão de Cristo", nos dias 14 e 15 de abril, com a participação de

20 alunos da primeira fase do Ensino Médio. No dia 16, houve um culto ecumênico, com a participação de toda a comunidade. Também aconteceu a "Dança da Paz", com destaque para a descida simbólica do globo terrestre, abraçado por todos os alunos presentes.

Presidente
Ruy Hülse

Secretário Executivo
Fernando Luiz Zancan

JORNAL DO CARVÃO

Uma publicação do SIECESC - Sindicato da Indústria de Extração do Estado de Santa Catarina. Editado de outubro de 1994 a junho de 1996. Reeditado a partir de março de 2002.

Jornalista Responsável:

Joice Quadros - SC003395 JP
Fone: (48) 431.7600
Fax: (48) 431.7650

E-mail: siecesc@siecesc.com.br
Home page: www.siecesc.com.br

Tiragem: 6.000 exemplares
Impressão: Gráfica Santo Antonio
Redação, edição e diagramação:
Hexa Comunicação Integral
Fone: (48) 439.5578



SIECESC
Sindicato da Indústria de Extração
de Carvão do Estado de Santa Catarina